



Artigos



REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DE JOVENS EM CONFLITO COM A LEI

Débora Isabele de Vasconcelos Teixeira¹
Wesley Piante Chotolli²

-
- 1 Graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Especialista em diversidade, inclusão e cidadania, e em Educação Lúdica. Trabalha desde 2019 na Prefeitura Municipal de Araçatuba como terapeuta ocupacional educacional e atua como técnica do grupo de pesquisa Atividades Humanas e Terapia Ocupacional (Ahto). E-mail: deboraisabele93@gmail.com.
 - 2 Doutorando em Ciências Sociais (UNESP/SP-Marília). Atualmente, é Coordenador de Graduação e Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE), Penápolis/SP, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisas Transgressões-Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas. E-mail: wesley.chotolli@unesp.br.

RESUMO

Considerando a questão das representações, vivências e trajetórias artísticas-culturais, objetiva-se compreender a trajetória de jovens em conflito com a lei e suas relações com a estética e a arte em um município do interior paulista. Para tanto, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa e foi realizada entrevistas semiestruturadas com adolescentes no cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, acompanhada de um projeto desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) no município de Penápolis-SP. Desse modo, a partir dos relatos dos sujeitos e suas relações com os espaços municipais disponíveis, conclui-se que são poucas as representações artístico-culturais em suas trajetórias e a arte enquanto direito estruturante da juventude, precisa ser fomentada como parte potente no processo educacional, socioeducativo e de transformação das relações sociais.

Palavras-chave: jovens; arte; cultura; ato infracional.

ABSTRACT

Considering the issue of artistic-cultural representations, experiences and trajectories, understanding the trajectory of young people in conflict with the law, from a small city of São Paulo, and their relations with esthetics and art is the central discussion of this article. For such, the research presents a qualitative approach by semi-structured interviews with adolescents in conflict with the law in a Project developed by the Specialised Social Assistance Reference Centres (Creas) in the city of Penápolis-SP. Thus, from the narratives of the subjects, their trajectories and relations with the available municipal spaces we can conclude that there are few artistic-cultural representations in their trajectories and art as a structuring right of youth, needs to be promoted as a powerful part in the educational, socio-educational and social relations transformation process.

Keywords: young people; art; culture; infraction act.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em uma discussão qualitativa das representações, vivências e trajetórias artísticas-culturais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) da cidade de Penápolis, estado de São Paulo. Apontam-se aspectos que vão desde a compreensão da trajetória e do repertório cultural, bem como o perfil dos jovens e suas identificações e percepções sobre o tema, destacando suas experiências, desejos e sonhos. Acredita-se que a arte, assim como as ações culturais possuem potencial transformador e têm papel fundamental nas trajetórias juvenis, necessitando serem mais fomentadas.

O tema em foco recorta-se mediante a articulação das relações entre juventude(s), arte e cultura. De acordo com León (2004), juventude corresponde a uma construção social, histórica, cultural e relacional

que vem se modificando e adquirindo concepções diferentes de acordo com os processos históricos, sociais e culturais.³

Quando falamos em adolescência, a associação quase sempre é carregada por aspectos negativos. Silva e Lopes (2009, p. 90) dizem que “a visão da adolescência como problema, ou ainda, a visão de problemas específicos da adolescência produzidos cientificamente, tem suas origens no início do século XX”, mas como se sabe perdura ainda atualmente. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é adolescente todo indivíduo com idade entre 12 e 18 anos incompletos. (BRASIL, 1990) Dessa forma, optou-se por compreender juventude(s) enquanto categoria(s) ampliada(s) em que se vê englobada o período cronológico e os tensionamentos atribuídos à adolescência. Discute-se muito acerca da importância de os jovens exercerem de forma plena seu protagonismo e condição cidadã. Ao estabelecer a relação entre cidadão e cidadania, Pinsky (2013, p. 9) problematiza dizendo que:

ser cidadão é ter direito à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

No entanto, Pais (2005) aponta que o próprio conceito de cidadania já estabelece em si fronteiras. Existem aqueles que são enquadrados (incluídos) e aqueles que são desenquadrados (excluídos, marginais)

-
- 3 O Estatuto da Juventude demarca no Brasil a juventude entre os 15 e 29 anos classificados como adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), jovens-jovens (entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (entre 25 e 29 anos). (BRASIL, 2013) Atualmente, se considerarmos a projeção da pirâmide populacional do país para 2016, temos nesse grupo cerca de 51 milhões de pessoas. (IBGE, 2020)

no processo de reconhecimento do ser cidadão. A partir de Pais (1990), podemos pensar a cultura como dinâmica diferenciadora de significados e valores que incidem sobre as sociabilidades juvenis, entendidas como universos sociais imprescindíveis aos processos de socialização e, nesta medida, potencialmente engendradoras de atitudes e comportamentos tanto de adesão quanto de contestação às normas hegemônicas que definem um determinado ordenamento social. Assim sendo, o sujeito se constitui como ser biológico, social e cultural na constante relação de trocas com o outro em seu contexto. A qualidade das relações por ele criada em seu meio constitui parte importante no desenvolvimento de suas potencialidades. (DAYRELL, 2003) Nesta perspectiva, as desigualdades existentes podem ser um dos elementos que interferem na construção do sujeito e os espaços de fruição são redesenhados a partir das condições díspares encontradas. No que pese as decisões individuais, torna-se importante considerar que os adolescentes em situação de desacordo com as leis são também oriundos desta sociedade.

Isto posto, procura-se compreender de que forma os jovens em conflito com as normas legais observam a arte e a cultura, bem como suas representações e percepções sobre os espaços públicos, considerando que os aspectos artísticos são elementos simbólicos de formação e reconhecimento.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa de cunho exploratório foi realizada no município de Penápolis – SP, durante o período de 2019 a 2020. Esta foi realizada em três etapas, descritas como: 1) planejamento, realização da pesquisa bibliográfica e aproximação com os adolescentes e as instituições por meio de e-mails e visitas presenciais aos grupos para apresentação da proposta; 2) pesquisa de campo, em que se produziu um levantamento dos participantes e iniciou-se a realização das entrevistas semiestruturadas para o levantamento dos perfis e 3) sistematização e análise dos resultados.

Foram entrevistados quatro adolescentes autores de atos infracionais para compreender as significações da arte e da cultura em suas trajetórias. As entrevistas foram realizadas individualmente e agendadas de acordo com a disponibilidade dos participantes. Adotou-se a entrevista semiestruturada, “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (MINAYO, 2016, p. 57) Optou-se por reproduzir literalmente as falas dos entrevistados.⁴

Para problematização dos dados coletados, utilizou-se da análise de conteúdo. Para Severino (2016, p. 129), “as linguagens, a expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativos, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas humanas e a seus componentes psicossociais”. Isto posto, as comunicações revelam e apresentam elementos de suas trajetórias sociais.

REALIDADES JUVENIS: SUJEITOS EM FORMAÇÃO

No cenário contemporâneo, é possível perceber os dilemas enfrentados na construção da juventude. As incertezas sobre os caminhos possíveis, os sonhos produzidos em consonância com o que é observado nas redes sociais e nas mídias, a necessidade de consumir e de se afirmar como sujeito, entre tantas outras situações imersas em um cenário de desigualdade social, faz com que os adolescentes transitem entre seus desejos e suas possibilidades.

No que tange a esta construção, o conceito de representação se faz fundamental. Elaborar-se toda uma ideia pautada em marcadores simbólicos e sociais, de modo que a representação se torna um reflexo dos conhecimentos vivenciados na materialidade de suas relações e nas perspectivas imaginadas em torno das possibilidades

-
- 4 O projeto da pesquisa foi submetido na Plataforma Brasil e foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Para a realização das entrevistas, explicou-se os objetivos da proposta e foram feitas as elucidações sobre as dúvidas. No texto, os nomes foram substituídos para garantir o anonimato e preservar os sujeitos da pesquisa.

vislumbradas no reconhecimento das diferenças. Afirma-se que as identidades são construídas e ressignificadas de forma relacional. (SILVA, 2014; WOODWARD, 2014)

É possível dizer, portanto, que:

a identidade de um indivíduo não é redutível ao conhecimento que ele tem de si mesmo e dos outros. A realidade de um grupo social também não é redutível à percepção que esse grupo tem de si mesmo, nem ao ponto de vista, mesmo científico, de outros grupos sobre ele. Em outros termos, os conhecimentos relativos aos indivíduos e aos grupos mantêm certa ‘distância’ em relação aos objetos aos quais se referem. No sentido estrito do termo, são, portanto, representações, porque eles permitem evocar objetos sempre inapreensíveis em sua globalidade. Mas essas representações também não resumem por si sós o fenômeno identitário. (DESCHAMPS; MOLINER, 2014, p. 80)

Em consonância a esta ideia, Woodward (2014, p. 17-18) reconhece que “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito.” Portanto, opta-se pela utilização do conceito de sujeito⁵ por considerar que as identidades estão em transformação, “que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. (HALL, 2011, p. 13) As significações e os sentidos são constantemente transformados, e a arte, no escopo desta pesquisa, pode indicar elementos de pertencimento ou exclusão, de reconhecimento ou segregação.

Nesta perspectiva, entende-se que os conceitos de representação e identidade podem estar articulados, mas não necessariamente expressam os mesmos processos. No entanto, segundo Hall (2016), a linguagem enuncia, por meio dos elementos desenvolvidos dentro

.....
5 De modo a orientar a leitura do artigo, o conceito “sujeito” será adotado na perspectiva de construção social. Em alguns trechos, em que a marcação identitária se faz de forma temporal, é possível a utilização dos termos jovens e adolescentes.

das culturas, os valores que indicarão os sentidos das práticas cotidianas. Dito de outra forma, “representação é a produção do sentido pela linguagem”. (HALL, 2016, p. 53) Por ser uma prática significativa, as representações impactam a percepção dos sujeitos em suas próprias construções identitárias, compondo uma rede de significados diversos e distintos.

Assim sendo, pode-se exemplificar este processo ao analisar os sentidos atribuídos à juventude. Ser jovem em uma periferia de uma grande cidade do Brasil faz com que se tenha uma representação constituída por meio das descrições simbólicas realizadas exaustivamente pelo contexto, pela mídia e outros meios simbólicos importantes de socialização. Ainda que a representação seja um discurso também linguístico, a construção das identidades destes jovens perpassa pela interiorização (mas também seleção) dos aspectos vistos e interpretados tais quais valorosos no contexto. Diante do cenário descrito, é muito diferente ser jovem em um cotidiano rural, marcado por outras representações e construções identitárias.

Para a contextualização das representações e das identidades, em termos relativos, os jovens apresentam altas taxas de desocupação, informalidade e níveis de rendimento inferiores à média da população trabalhadora. (ILO, 2010) A população jovem pobre é a mais vulnerável e apresenta maior desvantagem, afinal possui menos experiência profissional, pouca qualificação, baixa escolarização, menores índices de estabilidade e de oportunidades, cargos menos prestigiados e menos remunerados, absorção informal e/ou irregularidade de funções, num ciclo contínuo de exclusão e inserção precária no mundo do trabalho.

Os dados referentes à escolaridade traduzem as consequências da precariedade a que estão submetidos, prioritariamente, aqueles mais vulneráveis economicamente.⁶ No caso das taxas de frequência

.....
6 Há uma série de fatores que influenciam e alteram os dados, como a desigualdade entre as regiões administrativas do país, a condição rural e urbana, a questão de gênero, de cor/raça, etnia, entre outros.

escolar⁷ e de conclusão, quando associadas ao rendimento familiar, revelam-se diretamente proporcionais, ou seja, quanto maior a renda familiar *per capita*, maior é o percentual de frequência dos adolescentes à escola e sua possibilidade de conclusão. Klein, Silva e Da Mata (2011) afirmam que na sociedade capitalista as desigualdades se expandem em razão ao desfavorecimento do acesso aos bens culturais para uma parte da população, gerado pelas condições do processo produtivo. Os autores ressaltam as importantes consequências desse processo, produzindo um abalo na formação humana devido à alienação, expropriação dos bens produzidos, educação marcada pela contradição social e anulação das potencialidades dos indivíduos.

MEDIDAS PRECISAM SER TOMADAS

As medidas socioeducativas possuem uma história bastante recente na legislação brasileira. Foi com a promulgação da Lei nº 8.069 implementando o novo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que o Código de Menores 1927/1979 entra em desuso e dá lugar a novos conceitos, como o de proteção integral e inimputabilidade dos adolescentes, não mais “menores delinquentes”. Em 2012, no ato de Lei nº 12.594, instituiu-se o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que praticam ato infracional.

Estas se dividem em medidas de privação total de liberdade, semiliberdade e executadas em meio aberto. Pode dizer-se que o ECA, entre os artigos 115 e 121, prevê seis medidas socioeducativas sendo elas: 1) Advertência, repreensão verbal aplicada pelo juiz (artigo 115); 2) Obrigação de reparar o dano, de modo que o adolescente “restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano,

.....
7 No caso dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade, a frequência escolar desse grupo como um todo foi, em 2019, de 89,2%, porém, chama atenção a diferença entre a taxa dos 20% mais pobres (57,5%) e a dos 20% mais ricos (90,0%). (IBGE; 2020 PNAD, 2019)

ou, [...], compense o prejuízo da vítima” (artigo 116); 3) Prestação de serviços à comunidade, “que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral [...] junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (artigo 117); 4) Liberdade assistida, medida mais comum, em que “deverá ser adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente” (artigo 118, 119); 5) Semiliberdade, entendida tal qual regime que “pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto” (artigo 120); e 6) Internação, medida esta que prevê privação de liberdade (artigo 121).

É necessário questionar as estruturas vigentes em suas práticas para que não se produzam simples “adestramentos”, como traz Alvarez (2004), em relação à ação disciplinadora. Mecanismos como o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame produzem um sujeito adestrado, sentindo-se permanentemente vigiado, estando o poder disciplinador presente em instituições tais como presídios, escolas, família e outros equipamentos sociais. (FOUCAULT, 2014, 2018)

ARTE E CULTURA PARA QUÊ?

É por meio do fazer, ser e estar que se desenvolve um movimento de devir, essencial para a produção de subjetividade, de forma a encontrar um corpo “que se abre às forças da vida, que agita a matéria do mundo e as absorve como sensações, a fim de que estas, por sua vez, nutram e redesenhem sua tessitura própria”. (ROLNIK, 2006, p. 13)

Ostrower (2013) vai defender que o homem, além de *homo faber*, é ser fazedor, de forma que ele não cria só porque gosta ou quer, mas porque precisa. Assim sendo, é permitido pensar que todo processo criativo é carregado de subjetividade e de critérios que já foram elaborados pelo indivíduo anteriormente através de escolhas

e alternativas, sempre de maneira intuitiva. A criação concerne ao ser humano evasão, expressão de sentimentos, assim como a reorganização do ser juntamente com possibilidades de enfrentamento da realidade. Segundo a autora, a consciência “[...] vai se formando no exercício de si mesma, num desenvolvimento dinâmico em que o homem, procurando sobreviver e agindo, ao transformar a natureza se transforma também”. (OSTROWER, 2013, p. 10) É no momento de criação que ocorre uma expressão de sentimentos e ideias, em que o ser intelectual, cultural, sensível e histórico deposita um pouco de sua essência de forma a obter um resultado que condense e satisfaça os processos internos do sujeito.

A Política Nacional da Juventude (2006) discorre sobre a dificuldade de se conseguir combinar trabalhos criativos com educação de qualidade e estudos reflexivos e críticos. Reforça que a juventude é o período em que se deve ser garantido como direito a formação educacional e cultural, assim como o lazer e o divertimento, pois a cultura relaciona-se com a formação, a criação e a economia (produção cultural) e é, sem dúvida, um elemento estruturante da vivência juvenil. O Plano Nacional de Cultura também corrobora nesta direção e visa ampliar o acesso e a produção cultural no país.⁸ O mundo da cultura é um espaço que pode demarcar uma identidade juvenil, longe do olhar da geração anterior. (DAYRELL, 2002) Assim, os jovens podem assumir o papel de sujeitos protagonistas e construir determinado olhar sobre si mesmo e o mundo que os cerca. Gautier (2003) elenca cinco pontos enquanto forma de enfrentamento e busca de um sentido pela vida, na relação com a arte e cultura. São eles: 1) a possibilidade de construção de espaços de participação em meio à exclusão por meio de movimentos

8
Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, cujo artigo 2º estabelece as metas: “III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais”, “V - universalizar o acesso à arte e à cultura; VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos”, “IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores”.

sociais, grupos artísticos, mobilizações; 2) campo de reconciliação e mediação de conflitos políticos e até militar, gerando transformações no cenário cotidiano; 3) antídoto ao medo vivido cotidianamente por meio de espaços criativos e de expressão, espaços de sobrevivência e renovo em meio ao caos; 4) estratégia para transformar os hábitos do ódio e da vingança, resignificando-os; e por último, 5) a arte e cultura enquanto âmbito para elaborar o duelo frente a um cenário de violência e desencanto.

O PROJETO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM PENÁPOLIS

Atualmente o projeto de medidas socioeducativas acontece no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) com uma equipe contratada composta por dois psicólogos. São oferecidos atendimentos individuais ou em grupos aos adolescentes e responsáveis, além de contar com projetos e parcerias.

O fluxo de atendimento acontece da seguinte forma: os adolescentes que cometem algum ato infracional são encaminhados via judiciário para cumprimento das medidas que podem ocorrer em liberdade por meio do Creas. Em casos de semiliberdade ou privação de liberdade (internação), os sujeitos devem ser direcionados à Fundação Casa⁹ mais próxima do município em questão.

Em relação às medidas cumpridas em liberdade, os adolescentes são encaminhados judicialmente para o Creas, para agendamento do Plano de Atendimento Individual (PIA).¹⁰ A elaboração do plano

9 Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa). De acordo com o site oficial, “a Fundação Casa presta assistência a jovens de 12 a 21 anos incompletos em todo o estado de São Paulo. Eles estão inseridos nas medidas socioeducativas de privação de liberdade (internação) e semiliberdade. As medidas-determinadas pelo Poder Judiciário – são aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes”.

10 O Plano de Atendimento Individual, de acordo com o documento do Ministério do Desenvolvimento Social de Orientações Técnicas (2018), trata-se de “[...] um instrumento de planejamento que orienta e sistematiza o trabalho a ser desenvolvido com cada criança e adolescente acolhido e sua família pelo serviço de acolhimento, em articulação com os demais serviços, projetos e programas da rede local [...]”. O artigo 101 do ECA, parágrafo 6º, incisos I a III, regula as informações que necessitam conter no PIA.

é feita pelo técnico responsável, podendo participar toda equipe profissional. Nos atendimentos de elaboração/construção do PIA, é necessária a participação da família e do adolescente para que se pensem as metas e objetivos coerentes com contexto e história do sujeito.

São nos grupos de adolescentes que é trabalhado o sentido da medida socioeducativa e seu cumprimento, assim como temas referentes à adolescência, mundo do trabalho, barreiras e dificuldades sociais enfrentadas. Já nos atendimentos individuais, o principal objetivo está no cumprimento das metas estabelecidas no PIA, a responsabilização pela medida socioeducativa, constituindo-se enquanto um momento de reflexão e mudança, em que também são realizados os encaminhamentos necessários.

QUEM SÃO ELES?

De acordo com a equipe do Creas, referente ao mês de outubro de 2019, existiam quinze adolescentes em cumprimento de medida, deste total uma era menina. Havia dois em Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e treze em Liberdade Assistida (LA). Desses, um adolescente estava em cumprimento irregular de LA e um em cumprimento irregular de PSC. Quanto à frequência do programa, segundo a gestão, não existe evasão. Diz-se de cumprimento irregular as tentativas de busca e adesão ao programa, já que o descumprimento acarreta consequências judiciais como alteração da medida.

Foi possível observar que o perfil dos adolescentes que frequentam o programa neste município é de adolescentes meninos, em cumprimento de liberdade assistida. Fachinetto (2008) discute sobre como as relações estabelecidas pelos processos de socialização dos jovens, através de instituições como família e unidades educacionais, reforçam noções do meio social de papéis de gênero, construídos por meio das representações de “homem viril” e “provedor” e da “mulher dócil” e “submissa”. Tais noções tornam-se tão engendradas

ao ideário social que acabam sendo reproduzidas e reforçadas constantemente. Concordando com Bourdieu,

ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas, em relação às meninas, para poder sair com os colegas e com as meninas, portanto para ser reconhecido e se reconhecer como um homem. (BOURDIEU, 1983, p.115)

Foram entrevistados quatro adolescentes, que aceitaram voluntariamente participar da pesquisa. Dos entrevistados, compreendidos em uma faixa etária dos 15 aos 18 anos, nenhum havia finalizado a segunda etapa do ensino fundamental.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

ADOLESCENTE	IDADE	ESCOLARIDADE
Pedro	17 anos	9º ano
João	18 anos	Parou no 7º (pretendia retornar pelo EJA)
Mateus	15 anos	9º ano
Lucas	15 anos	9º ano

Fonte: elaborada pelos autores com base nas entrevistas realizadas (2019)

Pedro, 17 anos, cursando o 9º ano em uma escola pública do município, estava presente na primeira apresentação da pesquisa. Sempre de cenho fechado, surpreendeu quando aceitou participar da pesquisa. Em entrevista sentou-se lateralmente à mesa, porém, de frente a pesquisadora. Poucos foram os momentos de contato visual e as respostas sempre eram dadas desviando o olhar para o canto da sala.

João, 18 anos, parou os estudos regulares no 7º ano do ensino fundamental. Aceitou participar por intermédio da equipe. Durante a

entrevista apresentou-se bastante aberto às perguntas respondendo-as objetivamente, assim como se mostrou apropriado de seu território e de sua trajetória.

Mateus, 15 anos, está cursando o 9º ano do ensino fundamental em uma escola pública do município, mostrou-se bastante comunicativo. Permaneceu receptivo durante toda a entrevista e expôs suas ideias e opiniões de forma articulada e intensa, apresentando elementos críticos de sua realidade.

Lucas, 17 anos, cursa o 9º ano do ensino fundamental em uma escola pública do município. Durante a entrevista, mostrou-se receptivo, com respostas curtas, sendo necessário por vezes reformular as perguntas para obter suas significações.

Quando questionados sobre a importância da escola, os entrevistados reconhecem sua relevância para alcançarem o projeto de vida desejado e principalmente para inserção no mundo de trabalho. Entretanto, o espaço escolar acaba sendo visto como uma etapa a se cumprir, associada a um ambiente de sofrimento, desvalorização e exclusão. Aos serem perguntados sobre a relação com as instituições de ensino, observam-se as seguintes respostas:

Ultimamente tenho achado que não, não tenho ido muito bem e no momento não sei se trará crescimento pro meu futuro. (MATEUS)

Sem estudo você não consegue nem emprego, mas não gosto da escola, os professores são um saco e não tenho amigos lá. (LUCAS)

Entre as causas da interrupção dos estudos apontadas estão o trabalho, muitas vezes associado à falta de motivação e incentivo do meio social, assim como a necessidade de gerar renda tanto para a família quanto para obter certa independência financeira. Em alguns casos, isto direciona ao envolvimento com atividades ilegais. Na fala de João ficou evidenciado o quanto o contexto que vivia influenciou no seu abandono escolar.

Foi por mais vontade minha, eu quis parar, eu repeti uns dois anos aí fiquei com a molecada pequena[...]Comecei a traficar, aí não dava. Quero voltar, acredito que vai me auxiliar, tenho que correr atrás.(JOÃO)

A motivação para dar continuidade aos estudos não é reforçada pelo social, já que a necessidade de ingresso no mundo do trabalho é latente. As condições sociais interferem na necessidade de reforçar a renda familiar e a educação formal não é vista como uma possibilidade de mobilidade social de forma imediata.

VIVÊNCIAS CULTURAIS

A definição de cultura situa-se de forma distorcida, provavelmente em razão de sua subjetividade, já que os produtos artísticos muitas vezes são palpáveis e disponíveis para consumo enquanto a cultura permeia a construção subjetiva e histórica do indivíduo. Quando questionados sobre a definição dos conceitos “arte e cultura”, encontrou-se as seguintes respostas:

[...] uns quadros, sei lá arte e cultura, projeto...Arte é um desenho em uma moldura. Ah, acho que é diferente, mas não sei o que é cultura não.(LUCAS)

Arte é uma forma de expressão tipo teatro, desenho... Cultura é algo que vai passando de geração em geração, tipo folclore, costumes. (MATEUS)

Ah sei lá, desenho, negócio de arte, pintura. Cultura e arte é diferente, cultura é mexer com planta né, plantar. (PEDRO)

Pintura, quadro. Não sei mano, sei lá apresentação, acho que arte e cultura são iguais.(JOÃO)

A partir das entrevistas foi possível perceber que os principais contatos com arte e cultura se deram através de shows (4), cinema (4) e museus (4), seguidos por teatro (2) e exposições (2). Vale ressaltar que as experiências que se afastam do simples

entretenimento, como visitas a museus e peças teatrais, não foram vivências espontâneas, mas sim propiciadas pelo ambiente escolar. Esse dado desperta-nos sobre a importância da escola na construção da trajetória cultural de seu público, sendo extremamente importante pensar um currículo que fomente e desperte o senso crítico e artístico aos sujeitos. Apenas um dos entrevistados relatou experiências diferentes das elencadas pelos pesquisadores, afirmando participar de um evento organizado pela Secretaria da Cultura do município.

Sobre o potencial de criação, os sujeitos foram questionados se acreditavam ser capazes de “criar algo”. Um dos adolescentes afirmou que acredita não ser capaz de criar nada. Outras respostas faziam referência à criação de filhos. Já Mateus disse que:

Ah não sei, eu desenho umas coisas bizarras que vou melhorando. Eu amava jogar tinta na parede, [...] parei por medo de terminar mal.(MATEUS)

Muitas vezes a criação artística é associada a coisas grandiosas ou reconhecidas por uma maioria que a valide. Reconhecer em si um potencial criativo parece algo distante para os sujeitos. Aqueles que reconhecem, mesmo que timidamente, um potencial em si mesmos, afirmaram que a produção artística trouxe alívio, distração ou mesmo expressão de sentimentos para momentos vividos. Mateus justificou que quando *jogava tinta*[referência à pichação] a fazia *para mostrar tudo o que eu sentia e a revolta contra o sistema, minhas emoções*. Em relação aos espaços municipais, questionou-se os locais em que poderia ser encontrado lugares de lazer, assim como de acesso à arte e cultura, dentre eles foram citados:

- Centro de Referência da Assistência Social – Cras, localizado junto ao Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes); Parque Maria Chica (Pista de Skate);
- Clube de Campo Lago Azul (espaço privado);

- Associação Atlética Banco do Brasil (espaço privado);
- Santa Leonor (parque público)
- Parque Aquático;
- ginásio;
- Praça Nove de Julho (Museus Municipais);
- mais parque (bairro com um parque público);
- eventos municipais: Plis Rock.

A maioria dos espaços citados associam-se a atividades de lazer e esporte, como o futebol. Quando questionados somente em relação a arte e cultura, essas referências diminuem ou se tornam inexistentes. Em algumas falas foi possível identificar que alguns espaços são evitados pelos adolescentes por serem muito “visados”, termo este que se refere às recorrentes batidas policiais, inclusive pela presença de uso de drogas. Segundo Lucas, *todo lugar que você vai tem droga*.

Tais dados levantam o questionamento acerca da qualidade dos espaços públicos oferecidos aos adolescentes enquanto possibilidades de fruição cultural. A ausência de lugares potentes e significativos gera um sentimento de não pertencimento e até desconexão para com o território. Todos os adolescentes quando questionados se desejavam mais ações municipais nesse sentido responderam afirmativamente, entretanto poucos souberam o que sugerir, exemplificando a desconexão já existente. Apenas dois dos adolescentes se posicionaram e sugeriram:

Acredito que tem que ter, um lugar que pudesse ficar os adolescentes tranquilo, de lazer. (JOÃO)

Sim, o governo está sendo muito burro de não usar os jovens. Fazer eventos de batalhas premiadas, concursos de skate e de grafite. (MATEUS)

Por meio do que foi dito pelos jovens entrevistados, é possível verificar a problemática da cultura. Mesmo ao considerar que “nos últimos anos, [...] em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra ‘cultura’ passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o ‘modo de vida’ de um povo” (HALL, 2016, p. 19), os jovens parecem introjetar a ideia de que suas práticas não podem ser consideradas artísticas, mesmo estando em constante relação à produção de valores simbólicos, expressos em discursos e manifestações de suas inquietações.

Articula-se essa percepção a uma tentativa de invisibilidade criada pelo poder público. Quando Mateus discorre sobre a falta de políticas públicas de expressão de aspectos significativos para esta representação de juventude, o que se evidencia é um sentimento de invisibilidade diante dos potenciais criativos deste segmento populacional. A arte parece algo distante dos jovens, ainda voltada a uma representação social articulada à ideia elitista de “quadros e molduras”. O que demonstra nestas considerações é a necessidade de desenvolver a noção de que as/os jovens são sujeitos de direitos, podendo desempenhar por meio de suas criações e representações o seu modo de entendimento da realidade.

OS MENINOS TAMBÉM SONHAM

A palavra sonhar, normalmente, nos remete a algo quase que inalcançável, distante e irreal, que se dissolve em um abrir de olhos, entretanto são os sonhos que também podem despertar pulsões de vida e motivação de seguir na caminhada. Após traçado um breve perfil dos adolescentes e de suas trajetórias, foi-lhes questionado a respeito dos seus maiores sonhos. Encontrou-se as seguintes referências:

Viver bem, ficar tranquilo, trabalhar. (JOÃO)

Ser jogador de futebol.(PEDRO)

Cursar o curso de veterinária. Pra mim o animal é o que importa, os seres humanos são o único animal que destrói seu próprio meio. (MATEUS)

Meu maior sonho é dar uma boa vida para a minha família: mãe, irmãos, futuro filho. (LUCAS)

Com essas falas é possível perceber que os sonhos relatados giram em torno de três âmbitos: o desejo de uma carreira profissional; o reconhecimento por fazer algo desejado e a busca por uma vida estável para si e demais familiares. De toda forma, os sonhos perpassam pelo anseio de possuir uma fonte de renda.

O trabalho traz arraigado em si a ideia de que é por meio dele que o sujeito social não só muda como provoca mudanças. Quando questionados sobre os desejos profissionais, observou-se:

Eu gosto de mecânica, meu padrasto me ensinou um pouquinho. (JOÃO)

Poderia começar no mercado e aí depois abrir o meu próprio negócio.(LUCAS, grifo nosso)

Também é possível notar desejos que estão relacionados a formação de nível superior, vistos nas seguintes falas:

Gostaria de ser professor de educação física. (PEDRO, grifo nosso)

Gostaria de ser veterinário, mas não sei mais, ando desanimado. (MATEUS, grifo nosso)

O uso do futuro do pretérito do indicativo¹¹ na maioria das falas dos adolescentes em relação ao trabalho desperta uma sensação de afastamento maior que as narrativas sobre seus sonhos. A ideia de atuar na função desejada parece uma realidade tão improvável quanto a de se tornar um sujeito com sucesso material.

Em decorrência dos relatos aqui transcritos, é possível observar as representações desejadas pelos jovens. Concordando com Hall (2016,

.....
11 Referente à grifos no parágrafo anterior.

p. 18), “a linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados pela cultura”. Na cultura juvenil, o consumo das mercadorias e a afirmação das identidades perpassa pela possibilidade de ser visto como sujeito responsável, seja implícito em torno de “dar boa vida a mãe”, ou na ideia de “empreender”. Em ambos os casos, a notoriedade do argumento está na transformação de suas realidades. A vida desejada só pode ser possível por meio do trabalho, tornando-se também uma representação cultural de que esta prática humana é o que permite a mobilidade social e o reconhecimento do sujeito, tornando-o visível para a sociedade.

Ainda de acordo com o autor,

Um uso corrente do termo afirma que: ‘representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas’. Pode-se perguntar com toda razão: ‘mas isso é tudo?’ Bem, sim e não. Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar **envolve** o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos. Entretanto, esse é um processo longe de ser simples e direto [...]. (HALL, 2016, p. 31, grifos do autor)

Desta forma, as representações contidas nesta seção dialogam com a ideia de que “ser trabalhador” é o desejável em uma sociedade. Os sonhos aqui relatados articulam-se com a noção de ser visto e percebido, já que neste momento estão à margem deste processo. Da mesma forma em que não se percebem como sujeitos com a condição de se expressar na arte e na cultura, buscam por meio do sucesso profissional a visibilidade desejada. A transformação de suas identidades é conduzida não apenas pelo desejo de serem notados, mas por poderem fazer a diferença em seus contextos.

Logo, a expressão de linguagem no futuro do pretérito parece um sonho construído em torno de uma representação distante do

que visualizam em suas realidades. O sentimento de desconfiança e até mesmo de descrença com as relações humanas (visualizado no comentário de Mateus sobre somente os animais serem importantes) destacam as dificuldades enfrentadas para aqueles e aquelas em que as desigualdades sociais são mais perceptíveis. Se os sonhos permeiam a esperança de dias melhores, as dificuldades vivenciadas apontam um caminho repleto de pedras e desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos mostraram toda a precariedade de opções e espaços de lazer, bem como de opções culturais. A dificuldade de inserção no mundo do trabalho evidencia as desigualdades existentes e a educação comparece como um importante mecanismo de construção de possibilidades culturais. A arte, nesta perspectiva formativa, pode ser uma maneira de se expressar, mesmo que esta ação não seja totalmente consciente ou intencional.

Expressar-se e se fazer ouvir é uma necessidade da alma humana, por isso garantir espaços e momentos de experimentações, vivências e, inclusive, aprendizados de novas técnicas dentro da arte-educação é instrumentalizar os indivíduos para uma necessidade humana.

Entretanto é importante ressaltar que não adianta propiciar inúmeras possibilidades desconexas, distantes de um desejo ou realidade, pois a aprendizagem só ocorre por meio do que é significativo para o sujeito. Limongi e Ramos (2011) afirmam que é através das experiências que a sensibilidade é intensificada despertando para a capacidade de recordar, comparar e analisar memórias vividas.

Dessa forma, é necessário avançar em relação às políticas para a juventude, assim como garantir espaços de representação desses sujeitos, estando dispostos a reconhecerem os jovens como protagonistas dentro de seus contextos. Como afirma Bentes (2009) uma política inteligente de governo não é aquela que visa apenas o assistencialismo, mas sim a que inclui essas experiências culturais, reconhecendo a qualidade político-estética conquistada pelos

movimentos culturais, que apoia, promove, estimula e forma lideranças, ofertando condições mínimas para esse desenvolvimento. Segundo a autora, não basta uma mudança da política cultural. É necessária uma mudança da própria cultura política. É preciso ressaltar que vivemos em um período histórico e político complexo, principalmente para as ações e personagens atuantes no campo em questão que vem sofrendo desmontes e cortes grandes de verba, como a extinção do Ministério da Cultura no ano de 2019 e a fusão do setor com outra pasta. Apesar do tema da arte e cultura estar em diversas discussões atuais, é notório que este campo necessita ser mais bem trabalhado e compreendido, inclusive quando caminhamos para o âmbito municipal e suas práticas culturais.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, M. C. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 168-176, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/9LR98KWMVgWznFVxrKkh3Dz/?lang=pt#:~:text=A%20partir%20do%20que%20foi,a%20um%20verdadeiro%20conceito%20anal%C3%ADtico>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- BENTES, I. Redes colaborativas e precária do produtivo. *Revista Periferia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 53-61, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3418>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 113-121.
- BRASIL. Decreto n° 17.943 – A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Coleção das leis da República da Estados Unidos do Brasil de 1927: actos do poder executivo*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 476-524, 1928. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.
- BRASIL. Lei n° 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o código de menores. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 117, n. 194, p. 1-10, 11 out. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Lei n° 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 1-15, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Lei n° 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 231, p. 1-9, 3 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Lei n° 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986; 7.998, de 11 de janeiro de 1990; 5.537, de 21 de novembro de 1968; 8.315, de 23 de dezembro de 1991; 8.706, de 14 de setembro de 1993; os Decretos–Leis n° 4.048, de 22 de janeiro de 1942; 8.621, de 10 de janeiro de 1946; e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto–Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 14, p. 3-8, 19 jan. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 19 jun. 2021.

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude *et al* (Org.) Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05611.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

DAYRELL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/rqhzvRzXfWjTT4kqS7Swzfn/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2021.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2021.

- DESCHAMPS, J.; MOLINER, P. *A identidade social em Psicologia Social: dos processos identitários às representações sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. (Série Psicologia social).
- FACHINETTO, R. F. *A “casa de bonecas”*: um estudo sobre a unidade de atendimento socioeducativo do RS. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14686>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 7. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GAUTIER, A. M. O. Indicadores culturais para tempos de desencanto. In: NESTOR, C. et al. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília, DF: UNESCO, 2003. p. 61-79. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131873>. Acesso em: 19 jun. 2021.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.
- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Departamento de População e Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Série Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 40). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Série Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> Acesso em: 1 abr. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais: Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, Revisão 2008*.

Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Série Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 24). Disponível em: www.ibge.gov.br/censo2010. Acesso em: 20 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016/2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>. Acesso em: 1 abr. 2023.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. *Global employment trends for youth: August 2010: special issue on the impact of the global economic crisis on youth*. Geneva: ILO, 2010. 1. v. Disponível em: http://www.ilo.org.br/topic/employment/news/news_184.php. Acesso em: 18 out. 2019.

KLEIN, L. R.; SILVA, G. L. R. da ; MATA, V. Alienação ou exclusão: refletindo o processo de inclusão na educação de jovens e adultos. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. D. G.; TULESKI, S. C. (org.). *A exclusão dos “includidos”*: uma crítica da Psicologia da Educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed., v. 1, Maringá: EdUEM, 2012, p. 229-258.

LEÓN, O. D. Adolescencia y juventude: de las nociones a los bordajes. *Ultima Décad*, Santiago, v. 12, n. 21, p. 83-104, 2004. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200004. Acesso em: 19 jun. 2021.

LIMONGI, C. S., RAMOS, N. V. *Arte educação na formação de adolescentes em conflito com a lei*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Sociedade, Violência e Juventude em Risco) – Universidade Federal de Santa Maria, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/2581>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 56-71. (Série Manuais acadêmicos).

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento*. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/plano-individual-de-acolhimento-pia-orientacoes-tecnicas/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

NESTOR, C. *et al.* *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*, Brasília, DF: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131873>. Acesso em: 19 jun. 2021.

OSTROWER, F. *Criatividade e processos de criação*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, [s. l.], v. 25, p.139-165, 1990. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PAIS, J. M. Jovens e cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 49, p. 53-70, 2005. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/phocadownloadpap/jovensecidadania.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). *História da cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-13.

PROJEÇÃO da população do Brasil e das unidades da federação. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

QUEM somos. *Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente*. São Paulo, [201-].

Disponível em: <https://fundacaocasa.sp.gov.br/index.php/a-fundacao-casa/>. Acesso em: 19 jun.2021.

ROLNIK, S. Uma terapêutica para tempos desprovidos de poesia. In: CLARK, L. *Lygia Clark da obra ao acontecimento: somos o molde, a você cabe o sopro*. Nantes, [França]: Musée des Beaux Arts de Nantes; São Paulo: Pinacoteca, 2006. (Catálogo da exposição).

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 87-106, 2009. Disponível em: <https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos*

culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102. (Série Educação pós-crítica).

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72. (Série Educação pós-crítica).